

# Governo federal é o grande caloteiro

O (mau) exemplo dado pelo Governo é certamente um dos principais fatores da institucionalização do calote. O país já recorreu duas vezes à moratória de sua dívida externa nos últimos dez anos e também já aplicou vários "expurgos" de correção monetária na sua dívida interna. A mais recente foi durante o Plano Collor I e atingiu também cadernetas de poupança, aplicações financeiras e o FGTS. Essas e outras medidas serviram para dar ao Governo uma imagem de "devedor duvidoso".

A primeira moratória da dívida externa foi decretada em fevereiro de 1987 pelo então ministro Dílson Funaro, a pretexto de proteger as reservas brasileiras, que estavam em apenas US\$ 3,5 bilhões. Em julho de 1989, o país deixou de pagar aos bancos credores privados e ao Clube de Paris e nos dois anos seguintes pagou apenas 30% dos juros vencidos. Em relação à dívida interna, estudos mostram que nos últimos sete anos a correção monetária foi de apenas 28,23% da inflação do período.

A sociedade também já desco-

briu que ser credor do Governo é mau negócio. O Tesouro Nacional ainda não devolveu espontaneamente nem um centavo dos cerca de US\$ 3,5 bilhões devidos a 12 milhões de contribuintes que pagaram empréstimos compulsórios entre 1986 e 1988. A devolução deveria ter começado em 1989, mas hoje só a Justiça garante que os contribuintes recebam de volta o que pagaram, em dinheiro. Desde o final de 1991 o Governo vem anunciando e suspendendo o início da devolução. A promessa mais recente é que o dinheiro voltará ao contribuinte em 1993.

Três milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social ainda não receberam o reajuste de 147% a que faziam jus desde setembro de 1991. Depois de recorrer a todas as instâncias da Justiça e de ser derrotado, o Governo conseguiu adiar de novo o pagamento afirmando que não tinha dinheiro. O novo ministro da Previdência Social, Antônio Britto, já prometeu que pagará os atrasados mas ainda não sabe como obter os US\$ 1,5 bilhão necessários.